AÇORIANO ORIENTAL
SÁBADO, 18 DE DEZEMBRO DE 2021

Universidade vai monitorizar contaminantes em peixes

A Universidade dos Açores vai desenvolver no próximo ano, com o apoio do governo, um plano de monitorização de contaminantes nalguns peixes e mariscos mais consumidos

RUI JORGE CABRAL
rcabral@acorianooriental.pt

A Universidade dos Açores vai desenvolver no próximo ano, com o apoio financeiro do Governo Regional, um plano de monitorização de contaminantes nalguns peixes e mariscos mais consumidos nos Açores.

Os objetivos são, por um lado, de detetar e prevenir situações que possam colocar em risco a saúde humana, mas também, no caso de não se detetarem contaminantes, comprovar a qualidade e segurança para a saúde do peixe e marisco capturado e comercializado nos Açores.

O Plano de Monitorização de Contaminantes em Organismos Marinhos para Consumo Humano é coordenado pela investigadora auxiliar do Instituto Okeanos da Universidade dos Açores, Inês Martins, cuja especialidade é a ecologia e ecotoxicologia de ambientes profundos.

Em declarações ao Açoriano Oriental, Inês Martins explica que este plano de monitorização vai ter início durante o ano de 2022 para a sua eventual implementação em definitivo a partir de 2023. O financiamento deste plano é feito pela Direção Regional das Pescas, embora seja outro departamento do governo, a Direção Regional dos Assuntos do Mar, quem irá reportar os dados à Comissão Europeia, que é a entidade que regulamenta, na UE, os níveis máximos de concentração de contaminantes e estabelece o padrão de análise para a sua monitorização nas espécies marinhas comerciais, por forma a que os resultados sejam validados e reconhecidos nacional e internacionalmente (ver caixa).

Inês Martins explica que os objetivos deste plano são os de fazer "uma monitorização dos contaminantes que as espécies comerciais na Região Autónoma dos Açores possam ter, dando a conhecer à população o que é que está a comer e quais as concentrações de contaminantes que se encontram nas nossas espécies de pescado mais procuradas nos Açores".

A investigadora coordenadora do plano de monitorização afirma, contudo, "não espera encontrar grandes concentrações na maior parte dos contaminantes, nomeadamente daqueles que se encontram em espécies marinhas que circundam áreas mais poluídas do oceano". Até porque, acrescenta Inês Martins, "os Açores não são uma região com grandes indústrias ou com grande produção de contaminantes para a coluna de água, mas em todo o caso é preciso fazer esta monitorização para saber o que é que se está a passar efetivamente, integrando estes estudos com o Governo Regional e com a comunidade".

Com esta monitorização, explica ainda a investigadora, o processo de decisão política sobre o mar ganha maior sustentação e rigor científico, ao mesmo tempo que se assegura o menor risco possível para o consumo humano.

Além disso, os dados recolhidos neste processo serão divulgados a nível do país e da União Europeia, uma vez que "é pelas diretivas comunitários que se estabelece se uma determinada espécie ultrapassou o limite máximo regulamentado para um contaminante", afirma Inês Martins.

Caso o limite seja ultrapassado, os passos seguintes podem ir até à proibição de comercialização de uma espécie, passando por outras medidas menos gravosas como a criação de um período de defeso para a altura do ano em que a espécie apresenta maior contaminação. A experiência que irá decorrer no próximo ano será ainda útil para determinar que espécies necessitam de monitorização contínua e que espécies podem dispensá-la periodicamente, por apresentarem níveis de contaminação vestigiais. ◆

ARQUIVO AO / RUI JORGE CABRAL

Amostras de músculo e fígado para análise de contaminantes serão recolhidas em lota

Que espécies e contaminantes irão ser monitorizados?

A monitorização de contaminantes em espécies marinhas para consumo humano que irá ser iniciada no próximo ano nos Açores irá procurar vestígios de metais e metaloides, mas também dioxinas e contaminantes orgânicos a partir de amostras de peixes e mariscos, quando estes entram na lota.

Em causa estão elementos químicos como o mercúrio, o metilmercúrio, o selénio, o arsénio, o cádmio e o chumbo, que existem no meio marinho e podem ser prejudiciais à saúde humana se ultrapassarem os limites máximos estipulados por lei.

As espécies que irão ser alvo deste plano de monitorização de contaminantes são o boca-negra, o goraz, a abrótea, a melga, a juliana, o congro, bem como a lapa, o caranguejo-mouro, a lapa-burra e a craca.

Uma parte desta monitorização poderá ser feita nos laboratórios do Instituto Okeanos - no caso do mercúrio e do metilmercúrio - sendo as restantes análises realizadas nos laboratórios certificados regionais e nacionais do Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores (Inova) e do IPMA.

Para se realizar as análises, são recolhidas amostras de músculo e fígado, com destaque para o músculo, que é o mais consumido pela população. Os contaminantes acumulados no músculo dão uma visão imediata do problema, enquanto os contaminantes armazenados no fígado permitem perceber a sua acumulação no longo prazo. ◆ RJC